



IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

A EDUCAÇÃO DE MULHERES NA CONCEPÇÃO DO INTENDENTE ANTÔNIO LEMOS EM BELÉM DO PARÁ (1900-1910)

Adriene Suellen Ferreira Pimenta

adrienepimenta@gmail.com

Maria do Perpétuo Socorro Avelino França
(UEPA)

Resumo

O Orfanato Municipal Antônio Lemos teve suas origens na Associação Protectora dos Orphãos, com propósito de abrigar e educar meninas órfãs. Essa instituição era dirigida pela ordem religiosa Filhas de Sant’Ana. Por outro lado, o Intendente de Belém, na época Antônio José de Lemos, publicou uma lei que lhe dava autonomia para reorganizar o Orfanato e dar forma ao ensino das órfãs. Nesse sentido, propomos os seguintes questionamentos: Na concepção de Lemos como deveria se dar a educação das órfãs? Que mulheres Lemos queria formar? Qual a concepção de educação para mulheres que predominava nesse período no Brasil? Os objetivos deste estudo são analisar a concepção de Lemos em relação à educação das órfãs, verificar as finalidades da educação para as mulheres na concepção deste intendente, bem como identificar a concepção de educação de mulheres predominante no contexto brasileiro. Como metodologia utilizamos a pesquisa documental, na qual analisamos literaturas acerca das temáticas e os Relatórios da Intendência Municipal de Belém de 1900 a 1910. O estudo conclui que o intendente Antônio Lemos concebia para as órfãs uma educação voltada para o lar, para serem boas mães e esposas exemplares. Tal concepção fundamentava-se no pensamento de educação de mulher predominante na época, o qual era voltado para o polimento sócio-cultural da mulher. A partir do momento em que Lemos pensou em construir um novo prédio para o Orfanato, passou a ter uma concepção de educação além da que era pensada por ele anteriormente, de forma que propõe transformar o Orfanato em Instituto Técnico e Profissional para trabalhos agrícolas, onde as órfãs aprenderiam um ofício, sem prejudicar o cultivo da mente e os ensinamentos das prendas do lar.

Palavras-chave: Educação de mulheres. Instituição educativa. Orfanato.

Este trabalho, intitulado “A educação de mulheres na concepção do intendente Antônio Lemos em Belém do Pará (1900-1910)”, trata sobre a concepção de educação para mulheres, a partir do ponto vista do intendente Antônio Lemos em relação Orfanato Municipal Antônio Lemos. Tem como objetivo analisar a concepção de Lemos em relação à educação das órfãs, verificar que mulheres intencionava formar, bem como, identificar a concepção de educação de mulheres predominante no contexto brasileiro nesse período.

Nesse sentido, parto do pensamento de Lemos sobre educação para a concepção mais ampla, que era a concepção de educação para as mulheres predominante no período de 1900 a 1910. Assim, utilizamos uma orientação metodológica que parte do pensamento micro para o macro, da particularidade sem perder de vista o geral.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Em relação a criação do Orfanato teve suas origens na Associação Protectora dos Órfãos, 1893 em Belém/PA, sendo denominado inicialmente de Orphelinato Paraense, passou por várias transformações até tornar-se Orfanato Antônio Lemos, em 1906. Ao ser criado, era mantido por associados e por doações. No entanto, no ano de 1900 os recursos arrecadados passam a ser insuficiente para manter a instituição. É quando a diretoria do Orfanato pede ajuda à intendência municipal de Belém, que tinha como principal representante na época, o intendente Antônio Lemos.

A intendência de Belém passou a ajudar o Orphelinato com recursos financeiros e no ano de 1902 resolveu transferi-lo para o âmbito municipal, passando a ser responsabilidade do município. Dessa forma, o intendente Antonio Lemos cria uma Lei municipal que lhe dá autonomia para reorganizar e modelar o ensino das órfãs.

Nesse contexto, propomos os seguintes questionamentos: na concepção de Lemos como deveria se dar a educação das órfãs? Qual a finalidade da educação para mulheres na concepção do intendente? Qual a concepção de educação para mulheres predominante nesse período no Brasil?

Para responder tais questionamentos e alcançar os objetivos já mencionados, utilizamos como aporte teórico e metodológico a pesquisa documental. Ao pensar em fazer pesquisa documental citamos Bacellar (2005, p. 51), pois este afirma que “o iniciar de uma pesquisa exige a localização de fontes. De modo geral, é precisos verificar, ao se propor um tema qualquer, quais conjuntos poderiam ser investigados em busca de dados.” Nessa perspectiva, ao optar por trabalhar com pesquisa documental precisamos localizar e eleger nossas fontes.

Assim, elegemos os Relatórios da Intendência Municipal de Belém dos anos de 1900 a 1910, que em relação à materialidade estão dispostos no formato de papel A4, contendo cada um em torno de 470 páginas, em meio a texto e ilustrações. Reiteramos que, tivemos acesso a esses materiais no arquivo Público do Pará e na biblioteca Pública do Centro Cultural Tancredo Neves – CENTUR. Como instrumento facilitador dessa pesquisa utilizamos a máquina fotográfica digital, tendo em vista, que tais materiais não podiam ser emprestados, muito menos xerocados, e sabendo do cuidado que se deve ter ao manuseá-los, optamos por fotografá-los para poderem fazer parte do *corpus* desta pesquisa.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Além desses documentos, para fundamentar esta pesquisa utilizamos estudos que abordam a temática deste trabalho, dentre os quais estão Sarges (2002), Manoel (2006), Julia (1995), Rocque (1996), dentre outros.

Em relação ao caminho metodológico utilizamos para o tratamento das fontes a análise documental histórica, juntamente com o cruzamento de tais fontes para que a análise tenha melhor suporte e validação epistemológica. Nesse sentido, analisar o pensamento de em relação a educação das meninas do Orfanato e relacioná-lo à educação mulheres predominantes naquele período, é por meio do nosso olhar enquanto pesquisadoras, perceber nas fontes escritas o dito e o não dito, o escrito e o silenciado, sem deixar de fazer o cruzamento das informações coletadas.

Orfanato como instituição educativa

Parafraseando Saviani (2007), compreendemos que a instituição não pode ser concebida como algo estático, visto que, esta também é histórica possuindo, assim, um caráter transitório. Essas transições ocorrem de acordo com o tempo histórico decorrente das necessidades humanas. Com o Orfanato Municipal Antônio Lemos não foi diferente, pois essa instituição passou por várias transformações ao longo de sua história.

Ainda de acordo com Saviani (2007, p. 5),

Para satisfazer necessidades humanas as instituições são criadas como unidades de ação. Constituem-se, pois como um sistema de práticas com seus agentes e com os meios e instrumentos por eles operados, tendo em vista as finalidades por eles perseguidas. As instituições são, portanto, necessariamente sociais, tanto na origem, já que determinadas pelas necessidades postas pelas relações entre os homens, como no próprio funcionamento, uma vez que se constitui como conjunto de agentes que travam relações entre si e com a sociedade a qual servem.

Dentre as instituições criadas pelo homem estão as instituições educativas, concebida aqui de forma ampla, não especificamente com função educativa baseada em um plano pedagógico, propriamente dito, mas com função educativa que de algum modo tratam do processo ensino e aprendizagem, da transmissão de saberes.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Esse pensamento fundamenta-se em Sergio Castanho (2005 p. 40), quando este diz que “instituição educativa é um termo mais amplo e abrange não somente a escola, como a conhecemos, no seu envolver histórico, mas também outras formas societais douradoras em que se desenrola o processo de transmissão cultural”. É o caso do Orfanato Antonio Lemos que além de abrigar meninas órfãs, também, tinha como finalidade educá-las.

No entendimento de Rizzo (2003), os orfanatos e asilos foram criados para dar assistência às crianças órfãs de pai e mãe, crianças filhas de viúvas que precisavam trabalhar, ou até mesmo de mães solteiras, que queriam esconder da população a gravidez indesejada, já que o fato de ser mãe solteira era vergonhoso perante a sociedade.

Marcílio (1998), ao produzir a “História Social da Criança Abandonada” ressalta que a miséria se constituía um dos principais fatores para o abandono de crianças. Essa afirmação, desconstrói a imagem generalizada que se criou em relação aos pais que abandonavam seus filhos, pois estes eram vistos como irresponsáveis e muitas vezes promíscuos e desumanos.

Esta autora afirma, que durante a Idade Média a preocupação com o destino das crianças “enjeitadas” passou a ser institucionalizado, de forma que os mosteiros passaram a aceitar essas crianças para que seguissem a carreira sacerdotal. No século XII, passa a existir uma maior engajamento em relação a proteção dos meninos e meninas desvalidas. Já no século XVIII e XIX surge a “Roda dos Expostos¹” como forma de assistência a essas crianças.

Para Trindade (1999), o primeiro local construído para abrigar crianças foi em Milão, no ano de 787, construído pelo padre Datheus. Denominado de albergue, este tipo de instituição, que não foi assumido diretamente nem pelo estado, nem pela igreja foi difundida por toda a Europa.

Karine Delobbe (2000), em sua obra “Des enfants du XVI au XVIII siècle”, ao retratar a infância em Paris explica que no ano de 1633, na França, foi criada uma instituição por Saint Vicent de Paul a Companhia das Filhas da Caridade, que tinha como missão cuidar e educar todas as crianças encontradas nas ruas.

¹ A Roda dos Expostos tem a forma de uma roda cilíndrica com uma divisória ao meio. Esse artefato era alocado na parede, ou no muro das instituições que cuidavam de crianças abandonadas, de forma que ficasse móvel, girando. Assim, uma parte ficava acessível para a rua e a outra para dentro da instituição, sem que os dois lados pudessem ter contado visual. A criança enjeitada era deixada do lado externo do cilindro e próximo havia um sino, que deveria ser tocado para avisar a instituição, que havia uma criança sendo abandonada (MARCÍLIO, 1998, p. 191).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Esta autora explica que neste ano aumentou o número de crianças abandonadas nas ruas, hospitais e igrejas de Paris. Mesmo assim, só em 1793 o estado passou a dar mais atenção a esses menores, ao baixar um decreto, o qual afirmava que as crianças abandonadas seriam apoiadas pelo estado e seriam chamadas de “d’enfants naturels de la Patrie” (filhos naturais da Pátria). Nesse sentido, as comissões administrativas dos hospitais e a assistência pública passaram a dar maior atenção aos pequenos abandonados.

No início, essas instituições não tinham um plano com objetivos educacionais e profissionalizantes, visto que para Hilsdorf (2005, p. 52), “o início da fase filantrópico-científica da assistência dataria de meados do século XIX, quando a simples atividade de abrigo foi reorientada pela idéia utilitária de tirar as crianças da ociosidade”. Nesse sentido, ao longo dos anos, os orfanatos foram ganhando novas configurações e passaram não só a abrigar crianças como também a educá-las para um ofício, ou no caso das meninas para serem boa mãe e excelente dona de casa.

No Brasil, a criação de abrigos para crianças estava ligado à filantropia e grande parte dessas instituições estavam vinculadas a Santa Casa de Misericórdia. Para Hilsdorf (2005, p. 53), a partir do século XVIII, fundamentado no pensamento iluminista, passou a ser concebida uma mentalidade de que a assistência aos necessitados não era apenas atribuição da igreja, mas também uma responsabilidade pública, tais ações deviam ser mais ativas, de maneira que fosse “ao encontro dos pobres e infelizes para assisti-los e educá-los”. Tais ações de maneira geral passaram a ocorrer através de associações voluntárias, que criaram hospitais, asilos, maternidades e orfanatos.

Os locais que abrigavam meninas pobres eram conhecidos por Rodas de Expostos e Recolhimento. Na concepção de Hilsdorf (2005), um dos primeiros locais em terras brasileiras destinados para abrigar e educar meninas foi o Seminário de Educandas de São Paulo, autorizado para funcionar em 08 de janeiro, de 1825 pelo imperador. De cunho filantrópico, o objetivo dessa instituição era abrigar e formar meninas pobres desamparadas, órfãs de militares mortos em combates. Porém, muitas crianças, também, eram deixadas na Roda de expostos.

No Pará ocorreu alguns anos antes, pois conforme França e França (2011), em 1804 foi criado o Recolhimento das Educandas, pelo bispo Manoel de Almeida Carvalho, que tinha como





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

objetivo amparar e educar meninas índias. Essa instituição tornou-se Colégio Nossa Senhora do Amparo e de acordo com seu regulamento passou a proteger e educar meninas órfãs, pobres, desvalidas e expostas.

Com esse intuito de amparar e educar meninas órfãs foi que a Associação Protetora dos Órfãos, em 13 de maio de 1893, criou o Orphelinato Paraense. As características deste Orfanato, assim como a análise da educação que se queria para essas órfãs não estão dissociadas de um contexto histórico, econômico, político e social que perpassava Belém naquele período.

O contexto belenense

No entendimento de Sarges (2010), a partir de 1840 a atividade econômica na Amazônia passou a voltar sua atenção para a economia da borracha, que vinha sendo usada desde o início do século como matéria prima na Europa, para a produção de bens de consumo e impermeabilização de calçados, até torna-se base da economia na Amazônia, a partir do século XIX, depois da descoberta do método de vulcanização do látex por Charles Goodyear².

De acordo com Sarges (2010), em Belém estava o principal porto de escoamento do látex. Dessa forma, parte das riquezas produzidas pela extração do látex foi investida no setor público, mais especificamente na infra-estrutura urbana, ou reorganização do espaço urbano local.

Essa reorganização do espaço urbano ocorreu em função do desenvolvimento da economia da borracha. Assim, para Sarges (2010, p. 87), nesse período em Belém ocorreram várias transformações, culminando em uma materialização da modernidade que passou a se expressar por meio da construção de obras, formação de elite, e “na construção de um modelo ideal de sociedade moderna isento de perturbação”. Ocorreu assim o calçamento de ruas, a construção de prédios como o do arquivo público e o teatro da paz, a criação de uma linha de bonde, a instalação de bancos e companhias seguradoras ligadas a nova economia da região.

² Charles Goodyear foi um pesquisador americano, nascido no ano de 1800, que descobriu o processo de vulcanização da borracha, o qual consistia na mistura do látex, leite retirado da árvore seringueira, com enxofre à uma temperatura de 130º por um período aproximado de seis horas. Após esse processo a mistura ganhava consistência, tornando-se macia e seca, podendo ser utilizada na produção de calçados, roupas, pneus dentre muitos outros artefatos (REZENDE E LOPES, 2008).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

É possível perceber que ocorreram grandes transformações, também, na estrutura social belenense, o que pode ser observado na afirmação de Sarges (2010, p. 125), na qual ela acrescenta que:

A economia da borracha determinou alterações acentuadas na estrutura social belenense. Surge, então, uma classe de homens políticos e burocratas formada por nacionais; os comerciantes, basicamente portugueses; os profissionais liberais, geralmente de famílias ricas e oriundos das universidades européias. Esta era a composição da elite dominante.

Concomitante a essas mudanças ocorre, também, o surgimento de ofícios urbanos, realizada pela camada pobre da população dentre estes estão o alfaiate, o sapateiro, relojoeiro, marceneiros, entre outras forças de trabalho.

Outro fator que contribuiu para as mudanças urbanísticas e sociais em Belém foi a migração de nordestinos, devido a seca no Nordeste na década de 1870 e a necessidade de mão de obra para trabalhar nos seringais, pois de acordo com Sarges (2010, p. 143), muitos dos nordestinos que desembarcavam, não seguiam para os seringais. Estes contribuíam para “um elevado número de subempregados e também desempregados na capital do Pará”.

As transformações em Belém ocorriam não para atender as necessidades básicas da maioria da população, mas sim se sujeitava as exigências do crescimento da economia e a nova elite belenense. Para Sarges (2010, p. 152),

[...] a ação dinamizadora do ‘embelezamento do visual da cidade’ estava associado à economia, à demografia, mas também aos valores estéticos de uma classe social em ascensão (seringalistas, comerciantes, fazendeiros) e às necessidades de se dar a determinados segmentos da população da cidade segurança e acomodação.

Esse desenvolvimento econômico era permeado de contradições sociais, pois concomitantes às transformações urbanas e a implementação de novas tecnologias para a época, também havia a miséria, a prostituição, o inchamento da área urbana, epidemias. Conforme Sarges (2010, p. 157), “esses fatores demonstram o fausto e o luxo de uma burguesia que consumia, fundamentalmente, o importado”.

Ao falar do consumo do importado referimo-nos ao movimento chamado de *Belle Époque*, ocorrido em Paris (França). Tal movimento, acerca das aspirações de uma modernidade, possuía





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

tendências culturais que envolviam a arte, a moda, a postura, as construções. Essas características estavam arraigadas no imaginário das pessoas, que passaram a ter a concepção de que tudo relacionado a França era sinônimo de modernidade, desenvolvimento, luxo e bom gosto. Essa concepção passou a fazer parte do imaginário paraense, levando a burguesia a reproduzir o modelo parisiense. Para Daou (2000), essas características, também, ficaram evidentes nas construções arquitetônicas e em outras partes urbanizadas de Belém como logradouros, praças e parques³.

Com o intuito de fazer de Belém uma cidade que seguisse os moldes da *Bella Époque*, ocorreram várias ações em busca do “embelezamento da cidade”. Surge assim, uma política de disciplina e ordenação do espaço, onde não há só o replanejamento urbano, mas também, a criação do Código de Postura, para regulamentar a vida social no local.

Esse contexto de regulamentações e reordenação da cidade nos leva a refletir sobre o porquê da criação de vários espaços para abrigar pessoas desamparadas como mendigos e órfãos, o que nos leva a conjecturar que o objetivo da criação dessas instituições era uma maneira de “limpar”, as vias públicas, tirando dessas, as pessoas desvalidas, que de certa forma “incomodavam” a elite que ali se firmava.

Na direção interna de várias dessas instituições, principalmente as que possuíam um sentido filantrópico, estavam mulheres que faziam parte da ordem religiosa Filhas de Sant’Ana, sobre a qual trataremos a seguir.

A ordem religiosa filhas de Sant’ana

A edição comemorativa da Revista Jubileu, que traz o título “Papiro da memória: 125 anos de presenças das Filhas de Sant’Ana no Brasil (1884 – 2009), a Ordem das Filhas de Sant’Ana foi fundada na Itália pela Madre Rosa Gattorno. Foi em outubro de 1884, que chegaram as seis primeiras irmãs Filhas de Sant’Ana no Pará, com o objetivo de cuidar dos enfermos do Hospital do Bom Jesus dos Pobres, que mais tarde tornou-se Santa Casa de

³ Uma das literaturas que marcou a *Bella Époque* foi a de Charles Baudelaire, intitulada “Flores do mal” publicada em 1857. Esta obra dimensiona e faz uma crítica sobre as contradições entre a modernidade e as mazelas sociais que ocorriam na França em decorrências desse movimento.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Misericórdia do Pará. A vinda dessas primeiras religiosas, liderado pela superiora Ir. Ana Victória Archetti se concretizou depois que o bispo de Belém Dom Antônio de Macedo Costa e Dr. Ferreira de Freitas, fundador do Hospital do Bom Jesus, fizeram o pedido a Madre Ana Rosa Gattorno, criadora da Congregação.

Ao desembarcarem no Brasil encontraram um país que vivia o fortalecimento das idéias abolicionistas, consolidação das idéias republicanas, divisão e disputas entre Igreja e Estado, expansão cafeeira, chegada de imigrantes, expansão das indústrias, crescimento urbano e Belém despontava como principal rota de produção e comercialização do látex de borracha.

A primeira Constituição Republicana consolidou de fato a separação entre Igreja e Estado, devido às idéias laicas que tendiam a reger a estrutura jurídico - política no Brasil. Assim, a igreja percebeu nas ações evangelizadoras como uma forma de continuar sua expansão.

Essa separação entre Estado e igreja teve forte influência da Europa, mais precisamente da França. De acordo Manoel (1996), na França ocorreu o afastamento da Igreja em relação ao centro de decisões, principalmente em relação a educação, o que culminou com as reformas de Jules Ferry⁴ que foram decisivas no laicismo educacional.

No Brasil, essa consolidação de laicismo educacional foi introduzida com a constituição de 1891, sendo que a Republica não promoveu perseguição religiosa, nem confiscação dos bens da Igreja. Com isso, os bispos brasileiros publicaram uma carta Pastoral aceitando a República o que levou Rui Barbosa e D. Antônio Macedo Costa, bispo do Pará, a negociarem seus interesses (MANOEL, 2006 p. 18).

Em relação ao pensamento educacional o Estado e a Igreja também divergiam, pois a educação naquele momento, na concepção do Estado, estava apoiada nas idéias do Projeto Liberal, que para Manoel (1996, p. 18), previa formar “um homem apto a viver em sociedade sob a tutela da constituição, respeitando os direitos alheios, quaisquer que fossem, e tendo respeitado os seus próprios.” Por outro lado, a Igreja tinha como objetivo a formação do cidadão para habitar o reino dos céus, ou seja, a cidade de Deus.

⁴ Foi primeiro ministro na França no anos de 1880 a 1885, sua gestão foi decisiva para a consolidação do laicismo educacional. Adepto das idéias de Auguste Comte, instituiu as leis que tornaram oficialmente o ensino primário gratuito e obrigatório na França.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

A partir dessas diferentes concepções educativas, podemos perceber que havia um jogo de interesses entre Estado e Igreja, o que fazia com que ambos mesmo discordando em seus ideais mantivessem relações, visto que a Igreja não aceitava o caráter individualista e laico do Liberalismo e este queria afastar da Igreja o poder de tomar decisões.

No entanto, no Brasil do século XIX, na perspectiva de Manoel (1996), mesmo Estado e Igreja estando em conflito, muitas de suas idéias convergiam, uma vez que, a concepção de sociedade, de poder político e de relações familiares apresentado pela Igreja Católica ajustava-se à vontade da oligarquia que dominava a sociedade daquele período.

Contudo, é perceptível que a Igreja vinha perdendo seu poder de tomar decisões e seu território, em relação a expansão de suas idéias e a diminuição do número de seus seguidores. Podemos pensar, assim, que as congregações religiosas tinham o papel de ajudar a Igreja retomar as perdas que vinha sofrendo, porém por meio de diferentes estratégias.

Para a Revista Jubileu (2009), as congregações religiosas se engajavam pelo mundo com intuito de expandir a fé, fundamentadas no Concílio Vaticano I. Nesse sentido, tentavam aliar o sagrado e o trabalho social ativo atuando em hospitais, orfanatos, asilos de idosos e em escolas. Muitas mulheres religiosas, que faziam parte das congregações, assumiram importantes postos administrativos no Brasil.

Esses grupos femininos ajudaram a expansão da Igreja Católica, ao mesmo tempo, que contribuíam para a formação da sociedade brasileira, o que pode ser observado na fala do teólogo, Pe. Edênio Valle (2009), quando afirma que:

As “irmãs de caridade” foram um dos fatores de maior peso na evolução da vida religiosa brasileira no final do Segundo Império. Elas passaram a ocupar postos dirigentes no campo da saúde, da educação e da assistência social, tornando a Igreja mais visível a sociedade e diante dos governos. (REVISTA JUBILEU, 2009, p. 52).

Para este teólogo, o pioneirismo e a iniciativa dessas mulheres religiosas, a contribuição que essas deram à sociedade é muitas vezes esquecida, ou ignorada pelos estudiosos da história brasileira.

Depois de se instalarem em Belém as primeiras Filhas de Sant’Ana, outras desembarcaram Manaus, Maranhão, Ceará, Rio de Janeiro, enfim passaram a atuar em todo o





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

território brasileiro. Dentre as instituições em que atuaram no Pará estão o Hospital do Bom Jesus, já citado; o hospital dos Alienados (1887); Leprosário do Tucunduba (1887); início do Primeiro Noviçado (1889); Hospital São Luís (1897); Orfanato Antônio Lemos (1898), objeto deste estudo; Hospital Domingo Freire (1900); Asilo da Mendicidade Dom Macedo Costa (1902); Colégio Gentil Bittencourt (1905); Colégio Santa Rosa (1932) e Hospital São Sebastião (1933).

De acordo com o Relatório Municipal (1902), no dia 19 de julho de 1898 foi assinado um contrato entre a Associação Protetora dos Órfãos e a Ordem das Filhas de Sant’Ana, para que essas passassem a cuidar da administração do Orphelinato. Assim, no dia primeiro de novembro, do mesmo ano, o Orphelinato Paraense, que mais tarde tronou-se Orfanato Antônio Lemos, passou a ser administrado internamente por oito religiosas que faziam parte da referida Ordem.

A partir desses dados podemos ter dimensão do trabalho desenvolvido pelas Filhas de Sant’Ana aqui no Pará em relação à administração de várias instituições, dentre as quais se destaca o Orphelinato Paraense. Nesse sentido, essas religiosas de certa forma contribuíram para a formação de muitas mulheres no Brasil. Essa visão, também desconstrói o pensamento que se tinha de que nesse período a mulher exercia um papel secundário na sociedade, visto que as mulheres sempre exerceram papéis que foram fundamentais para a construção e desenvolvimento da sociedade, porém tais ações foram por muito tempo silenciadas pela própria história dita oficial.

Atualmente, ainda há religiosas dessa Ordem administrando instituições como o Colégio Antônio Lemos, que teve suas origens no Orfanato Antônio Lemos, e o Colégio Gentil Bittencourt, antigo Colégio do Amparo. Portanto, a atuação dessas religiosas aqui no Pará está diretamente ligada à história do Orfanato Antônio Lemos.

O orfanato Antônio Lemos

O Orfanato Antônio Lemos foi criado com objetivos comuns a grande parte desse tipo de instituição, todavia, possui características únicas que fazem parte da construção de sua história, que por sua vez constitui sua própria identidade. Tais características perpassam pelas transformações que ocorreram nessa instituição, pelo conjunto de práticas educativas lá desenvolvidas, bem como pela cultura escolar presente nessa instituição.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Na perspectiva de Dominique Julia (1995, p. 356), cultura escolar pode ser entendida como “um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”. Ainda na opinião deste autor, a cultura escolar leva a um remodelamento do comportamento dos que compartilham dessa cultura, que passa a disciplinar o corpo e a conduzir a própria consciência.

Assim, no período de instalação do Orfelinato haviam um número limitado de 9 órfãs, porém muitas meninas foram progressivamente sendo recebidas por essa instituição, que atingiu o número de 155 órfãs, que neste primeiro momento, era administrado pela diretoria da Associação Protetora dos Órfãos. Tal diretoria era composta por um diretor, um tesoureiro e um secretário, que eram Dr. José H. Cordeiro de Castro, Manoel Ignácio da Cunha e Euclydes de Farias.

No ano de 1903, estavam sendo abrigadas no Orfanato 88 órfãs, sendo 79 nacionais e 9 estrangeiras. Esse total foi dividido em classes, de 1ª a 4ª. Na primeira classe estavam 14 meninas, na segunda 32, na terceira 18 e na quarta classe 24. Além disso, 23 das órfãs tinham idades entre 4 e 7 anos, 24 delas tinham entre 7 e 11 anos e 41 tinham idade de 11 a 18 anos. Esses dados demonstram que já havia um sistema seriado para a educação das órfãs nesse período e que a idade das meninas variava de 4 a 18 anos, o que pode constituir-se como a idade em que as órfãs podia ser aceita no Orfanato.

Quanto a nacionalidade eram 77 órfãs brasileiras, 7 da Espanha, 2 do Peru e 1 de Portugal. A naturalidade das brasileiras era em sua maioria paraense, porém havia órfãs do Ceará, Maranhão e Rio de Janeiro. Para saber de forma mais aprofundada sobre a origem dessas órfãs e o porquê de suas vindas para esta instituição e qual a ligação do Orfanato com esses países é necessário que seja realizado outro estudo focado nessas inquietações.

Segundo o Relatório de governo (1902), o Orfanato foi recebido com entusiasmo pela população paraense, notícia que era constantemente veiculada pelos principais jornais locais da época, o que contribuiu para que a nova instituição conseguisse vários sócios e muitos donativos. Sendo que, no período de sua inauguração em 1893, o número de sócios desta associação era de





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

535, dentre eles 405 homens e 130 mulheres. Porém, três anos mais tarde, fevereiro de 1896, os sócios efetivos reduziram-se para 102.

Em meio a esse contexto econômico, político e social estava o Orphelinato Paraense que teve seus sócios e as suas doações reduzidas a tal ponto, que a receita arrecadada não era mais suficiente para cobrir as despesas da instituição. Assim, a Associação Protetora dos Órfãos recorreu ao Conselho Municipal de Belém com o intuito de conseguir ajuda financeira para a instituição e a decisão do Conselho pode ser observada no trecho do Relatório (1902, p. 244), citado a seguir:

O Conselho, em sua ultima reunião do anno citado, resolveu tomar sob o patrocínio da Intendência o caritativo instituto, ameaçado de supressão pela carência de recursos. A resolução do legislativo municipal, n’este sentido, acha-se consignada na Lei nº 283, de 27 de dezembro de 1900.

Ressaltamos que ao analisar as fontes documentais foi possível constatar que nesse ano e em 1901, o Orphelinato recebeu ajuda financeira, porém ainda não fazia parte da esfera municipal. Na descrição de Rocque (1996), o Orphelinato Paraense é transferido em 17 de janeiro de 1901 para o âmbito da administração municipal, ficando sob as responsabilidades do município, que passa a arcar com os recursos financeiros. Tal instituição continua sendo gerenciado internamente pela Ordem das Filhas de Sant’Ana.

No momento em que o Orfanato passa a ser responsabilidade da intendência municipal, inicia uma atuação mais direta do intendente em relação a essa instituição o que é reafirmado por Rocque (1996), ao expor que devido as condições do prédio serem precárias, Antônio Lemos, o Intendente da época arrendou outro, na Avenida São Jerônimo, hoje Avenida Governador José Malcher, entre Generalíssimo Deodoro e 14 de Março, tentando oferecer melhores condições de vida às internas. Podemos perceber assim, que o prédio que abrigava o Orfanato era alugado, ou seja, não tinha sede própria.

No ano de 1903, Antônio Lemos, por meio da intendência de Belém passou a ter maior autonomia sobre o Orfanato e ficou encarregado de reorganizá-lo e formatar a educação das órfãs ali abrigadas. Mas que era Antônio Lemos?





Breve biografia de Antônio Lemos

Compreendemos que a vida e a carreira política de Lemos não estão dissociadas do pensamento que o intendente tinha em relação a educação para as mulheres no Orfanato, pois o sujeito é um todo definido por vários papéis que exerce na sociedade, papéis que se conectam e dialogam. Assim, ao compreender a vida e a trajetória política do intendente será possível identificar, onde se fundamentam vários de seus pensamentos.

No ano de 1900 a 1910, período histórico deste estudo, à frente da política de governo estava Antônio José de Lemos, o qual veio assumir a intendência de Belém no período áureo da exportação do látex da borracha.

Conforme Carlos Rocque (1977), Antônio José de Lemos nasceu, em São Luís, no Maranhão, dia 17 de dezembro de 1843. Filho de Olivia de Souza Lemos e seu esposo capitão-mor da antiga milícia, também chamado Antônio José de Lemos. Teve uma infância e adolescência humilde e cursou Humanas, durante o secundário realizado no Liceu do Maranhão. Com 17 anos de idade, inscreveu-se na Marinha de guerra. Seguiu carreira militar e no dia 2 de fevereiro 1867, aos 24 anos, Lemos pisa pela primeira vez em solo paraense na condição de secretário particular do Almirante e em seguida oficial da quarta classe do Corpo da Fazenda

De acordo com Sarges (2002), Lemos firmou-se definitivamente em Belém no momento em que foi convidado a assumir o cargo de Secretário do Arsenal de Marinha, pelo capitão-de-mar-e-guerra Manuel Carneiro da Rocha. Concomitante a este cargo, também, assumiu o de secretário da Capitania do Porto do Pará.

Toda a vida e trajetória política de Lemos são narradas por Maria de Nazaré Sarges (2002), na obra “Memórias do Velho Intendente”. De acordo com esta estudiosa, Lemos estreou como jornalista na redação de “O Pelicano”, o qual veio a falir. A tipografia deste jornal foi comprada por Francisco de Sousa Cerqueira, que mais tarde se juntou a dr. Joaquim José de Assis, chefe do Partido Liberal⁵ e a Antônio Lemos, dando origem em 1876 ao jornal diário “A Província do Pará”.

⁵ Partido político brasileiro criado em 1837, defendia os interesses dos senhores rurais e da classe média urbana, sem ligação direta com o movimento antiescravista, sendo extinto com a proclamação da República. (MANOEL, 1996).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Para Manoel (1996), a implantação do projeto Liberal no Brasil significou a organização da oligarquia para uma nova ordenação política sem idéias revolucionárias sem exclusões, mas sim com agregações e redistribuições.

Assim, Lemos assume a redação do jornal junto com dr. Assis. Ao conseguir dinamizar o jornal destacou como jornalista, chegando a ensinar aos gazeteiros da época sobre as notícias interessantes que deveriam ser selecionadas e veiculadas nos jornais da época.

A carreira política de Antônio Lemos se inicia em 1885, quando o Partido Liberal, do qual era membro, o elegeu deputado Provincial pelo 1º e 5º distrito. Quando ocorreu a proclamação da Republica Lemos estava exercendo cargo de presidente da câmara municipal, pois tinha sido eleito vereador em 1889. Dessa forma, foi Lemos que empossou a primeira junta constituída por Justo Chermont, José Maria do Nascimento e José Fernando Junior que passaram a governar o Pará nos primeiros momentos do regime republicano.

Ao ser instalada a Republica, os partido monarquistas foram extintos, sendo fundado assim o Partido Republicano que tinha idéias tanto dos Liberais quanto dos Conservadores⁶, que depois, por medo do socialismo, uniram-se aos republicanos históricos fundando, em 1896, o Partido Republicano Paraense. Sarges (2002, p. 48), baseada na ata do conselho municipal de 1896 diz que “persistia a mesma estrutura econômica, pois o poder continuava nas mãos das velhas oligarquias”, que no Pará continuava sendo comandada por Justo Chermont.

Lemos, que tinha como companheiro de partido o médico José Paes de Carvalho e os irmãos Pedro e Justos Chermont, assume a presidência do Partido Republicano, no momento em que Paes de Carvalho, que era presidente, precisou ausentar-se do Pará. No entendimento de Sarges (2002), Lemos foi ganhando prestígio e um dos fatores que contribuiu foi a atenção que este dispensava aos intendentess do interior, o que também era reportado em seu jornal.

Na descrição de Sarges (2002), Paes de Carvalho foi eleito governador no ano de 1897, substituindo Lauro Sodré. Nesse momento, Sodré e Justo Chermont deixam o Partido Republicano e passam a ser seus opositores políticos. Nesse mesmo ano, no dia 22 de julho, Lemos é eleito pela

⁶ Partido político brasileiro que tinha como objetivo manter o domínio político das elites escravocratas rurais (MANOEL, 1996).





primeira vez intendente de Belém. Lauro Sodré que já havia rompido com o Partido Liberal, passa a ser o principal opositor político do novo intendente.

Começa a surgir em Belém um embate político, que passou a dividir a opinião da própria população. De um lado estavam os que simpatizavam com Lemos, popularmente vieram a ser chamados de Lemistas, e de outro, os que eram a favor das causas de Lauro Sodré, denominados de Lauristas. Contudo, a força política de Lemos o levou a ser eleito duas vezes senador do Estado e por cinco vezes intendente do município de Belém, permanecendo por 14 anos no poder.

Ele pode ser considerado a autoridade política da cidade, que regia as ações governamentais do município, administrando os recursos para o “embelezamento da cidade”. Nesse sentido, podemos considerar que fazia parte do embelezamento da cidade abrigar e amparar órfãos desvalidos, o que levou as políticas instituídas por Lemos a ter ligação direta com o Orfanato e as transformações que lá ocorreram, principalmente no momento em que tal instituição passou a ser responsabilidade do município.

Nos anos de 1902 a 1906 podemos perceber de forma mais direta as ações de Lemos em relação ao Orfanato. Nesse sentido, por meio do registro de suas ações é possível perceber que educação Lemos gostaria que as órfãs tivessem no Orfanato e a finalidade tinha tal educação. Sobre isso tratarei no tópico a seguir.

A educação de mulheres na concepção de Lemos

Durante a gestão de Antônio José de Lemos atuou de forma significativa em relação ao Orfanato, que era mantido pela Associação Protectora dos Órfãos e passou para o âmbito municipal, além disso, o intendente reformou o ensino das órfãs, ao mesmo tempo que propôs transformar tal instituição em Instituto Tecnológico.

Para ter maior autonomia em relação à educação das órfãs e do Orfanato, Lemos publicou a Lei nº 370 de 28 de Dezembro de 1903. De acordo com essa lei o Orphelinato passou a denominar-se Orphanato Municipal de Belém. Além disso, tal lei autorizou o intendente a reorganizar o espaço do Orfanato e a dar novos moldes à educação das órfãs. Mas que educação era essa a qual Lemos se referia? Que mulher o Orfanato formaria na visão de Lemos? O trecho a seguir menciona características dessa educação preterida.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

A mulher no entanto, não pôde ficar circumspecta ao gracioso ornamento do lar. É necessário que ella seja não só a mãe de família, tradicionalmente bôa e amavel, qual é a mulher brasileira, - mas também a companheira efficaz, de intelligência culta, que com o esposo compartilhe das luctas quotidianas, tornando menos fadigoso o trabalho d’aqueles (RELATÓRIO MUNICIPAL, 1903, p. 256).

Podemos perceber que na opinião de Lemos a mulher tinha que ser educada para o lar, aprender os afazeres domésticos, ser mãe de família boa e amorosa, que pudesse cuidar do marido. Esse pensamento pode ser observado de forma mais explicita na citação a seguir, a qual demonstra a concepção que o intendente tinha em relação a educação, no Orfanato, de modo que, para ele essa era a maneira “correta” de educar.

Não se ensina n’essa casa os requintes que constituem a celebridade fugaz das grandes damas, cuja missão, desviada da naturalmente destinada à mulher, é conquistar, por meio de artifícios, triumphos banaes e phemeros, que a primeira ruga destrôe implacavelmente. No Orphanato preparam-se mãe de família laboriosa, modestas e dignas, incultindo-se no animo das educandas, os incomparáveis preceitos ensinados por Jesus Cristo, de par com o ensino das prendas domesticas. (RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL, 1903).

Essa concepção sobre a educação das mulheres não era um pensamento exclusivo de Lemos, pois seu ponto de vista estava baseado na concepção que se tinha de educação predominante naquele período.

Esta constatação fundamenta-se em Gondra e Schuler (2008, p. 205), quando estes explicam que no século XIX havia um “discurso hegemônico”, no qual às mulheres “era suficiente uma educação moral sólida, visando à formação de esposas e mães, em detrimento da instrução escolar propriamente dita”. Baseia-se, ainda em Oliveira (2008, p. 4), quando afirmar que no XIX e início do século XX “na escola se reforçava o papel da vida doméstica e limitava a educação da mulher ao papel de boa mãe e boa esposa, educadora de seus próprios filhos”.

Na concepção de Manoel (1996), educar a mulher para dirigir a casa e comandar os escravos não era mais suficiente, era preciso então ir além, educar e cultivar as jovens, de forma que estas soubessem ler, escrever, conversar, tratava-se assim, de uma educação voltada para o polimento sócio-cultural da mulher.

O Decreto de 15 de outubro de 1827, primeira lei do Império do Brasil, propôs uma educação feminina que abrangesse a leitura, escrita, quatro operações, gramática, moral cristã,





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

doutrina católica e prendas domésticas. Características do ensino que estavam explícitas no decreto eram ensinadas no Orfanato, porém os relatórios de governo não mencionam as quatro operações ou o ensino da matemática. Eram lá ensinadas as primeiras letras, instrução literária, de prendas domésticas até o bordado e branco, educação física, e o ensino de música, o quanto fosse necessário para o Coral.

Ao analisarmos esses dados, diferente das interpretações quem buscam o sim, ou o não, a fim de averiguar se a educação para a mulher é ou não para o lar, interpretamos da seguinte forma: era uma educação voltada para o lar, porém não era qualquer educação, visto que essa mulher teria que aprender, também, a ler e a escrever, aprender música e ainda teria instrução literária. Ora, mas que ensinamentos musicais eram esses? Que tipo de música? Que literaturas eram essas? Os documentos a que tive acesso ainda não me possibilitaram responder tais questionamentos que tanto me instigam.

Ainda no ano de 1903, o intendente Antônio Lemos começa a articular um novo local, com área mais abrangente e com maior capacidade para abrigar as órfãs. O local ideal por ele escolhido seria a Vila de Santa Izabel, distante 32 quilômetros da capital. O acesso a esse local era por tração animal, porém já estava sendo construída a estrada de ferro Belém – Bragança em cujo trajeto estava a Vila.

O intendente sempre se importava em justificar a escolha da localização para a construção do novo prédio, sendo que, a sua preocupação em dar uma melhor educação às órfãs era elemento recorrente em grande parte de seus relatos. No discurso de Lemos podemos perceber o que Sarges (2002) vem chamar de ‘remédio social’, pois no seu entendimento era assim que o intendente via a filantropia. Nesse sentido, seria mais cômodo que as órfãs ficassem abrigadas longe do centro urbano, ou seja, o melhor seria deixar as mazelas sociais afastadas da área urbana da capital que queria viver a *Belle Époque*.

Nessa filantropia pode estar implícita os objetivos de controle, ordem e formação das meninas abrigadas no Orfanato Antônio Lemos. O que pode se fundamentar no pensamento de Foucault (2010, p. 132), quando este afirma que “o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõe limitações, proibições ou obrigações”. Nesse sentido, o Orfanato seria





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

um mecanismo de controle do estado em relação às meninas desvalidas, visto que este de maneira “dócil” lhes imporia disciplina.

Ao pensar em transferir o Orfanato Lemos propõe uma nova configuração para este o de transformá-lo em um Instituto Técnico e Profissional, para trabalhos agrícolas.

[...] me parecia conveniente dar ao espirito e fins do antigo Orphelinato, propondo a sua transformação n'um instituto technico profissional, para trabalhos agricolas compativeis com as aptidões e força das asyladas sem prejuizo do razoavel cutivo de sua intelligencia e do ensino dos mestéres domesticos (RELATÓRIO MUNICIPAL, 1904, p. 255)

A partir desse excerto podemos perceber algumas transformações que ocorreram na concepção de Lemos em relação a educação para as educandas do Orfanato. Pois essas além de serem boas mães e esposas amorosas, também aprenderiam um ofício.

A fundamentação desse pensamento de Lemos está presente no Relatório de 1906, quando este menciona o trabalho que vinha sendo desenvolvido pelo diretor geral de agricultura na Bélgica, Sr. Proost, em relação às escolas, principalmente, o ensino agrícola feminino praticado naquele país.

O Relatório descreve que o governo belga organizou o curso de economia doméstica, em 15 lições, para o uso das mulheres e autorizou que os locais agrícolas pudessem permitir mulheres em suas dependências. Fala ainda, do crescimento da indústria de laticínios naquele país e do pleno êxito dessas escolas, dizendo que deveria servir de modelo para os demais países.

O intendente afirma estar de acordo com a importância da participação da mulher no trabalho do campo, o que poderia se constituir como uma riqueza em prol do desenvolvimento do país. Portanto, a educação para as órfãs, que Antônio Lemos passa a conceber, apresenta características quem vão além da educação que se idealiza para as mulheres no Brasil naquele período, e ainda, vai além da que era concebida por ele anteriormente.

Entretanto, essas novas características não causariam prejuízo ao cultivo da inteligência e ao ensino das prendas do lar, ou seja, a mulher não deixaria de ser uma mãe amorosa preparada para assumir o lar, visto que, afirmava que órfãs aprenderiam a mexer com a terra, sem interferir nas prendas domésticas.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

As obras do novo Orfanato na Vila de Santa Izabel foram iniciadas no ano de 1903. Em 1906, Lemos demonstra sua ansiedade para transferir as órfãs e inaugurar o novo prédio, que de acordo com ele já tinha uma ala quase pronta. Neste ano, passou tal instituição a denominar-se Orfanato Antônio Lemos, por meio da lei municipal 433 de 15 de março de 1906. Essa mesma lei autorizou uma reforma no prédio, em Belém, onde as órfãs ainda estavam abrigadas.

De acordo com os indícios que apontam os Relatórios da intendência municipal, até o final do mandato de Antônio Lemos, no ano de 1912, as órfãs ainda não haviam sido transferidas para o novo prédio, que ainda estava por ser terminado. Esse fato pode ser explicado pela falta de recursos que estava se instalando em Belém, devido a queda na exportação da borracha.

Ao mesmo tempo em que se instalava uma decadência econômica em Belém, que levou grandes empresas à falência, Lemos foi deposto do cargo por seus opositores políticos e expulso de Belém, tendo sua casa e o prédio de seu jornal “A Província do Pará” incendiados, o que resultou em um caos político no local.

As educandas continuavam em Belém, morando no prédio alugado pela intendência, até o ano de 1930, quando o educandário, como também era conhecido o Orfanato, passou para o prédio de da Vila de Santa Izabel. Nesse ano, ocorreu a revolução de 1930 e o Orfanato passou para o âmbito estadual, foi então que teve sua construção finalizada. Esse novo contexto político, econômico e social que se instalava em Belém e a mudança do Orfanato para a Vila de Santa Izabel são inquietações para outros estudos.

Considerações

A realização dessa pesquisa nos possibilitou uma melhor compreensão sobre as origens do Orfanato Antônio Lemos, que foi criado com o objetivo de abrigar e educar órfãs, bem como sobre o contexto histórico, político e econômico que perpassava Belém, na época de sua criação.

Possibilitou analisar a concepção de educação concebida por Antônio José de Lemos, intendente de Belém, a partir do momento que este, por meio da intendência, passou a ter maior autonomia para reorganizar e a formatar o ensino das educandas. O intendente se referia a uma





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

educação que preparasse as órfãs para serem boas mães de família e que soubessem cuidar do marido e do lar, além de saber as primeiras letras, música e literatura.

Esta concepção estava de acordo com a concepção de educação de mulher que se tinha na época que era uma educação voltada para o polimento sócio-cultural, uma mulher que soubesse se portar perante a sociedade, que soubesse literatura, ler, escrever, além de ser uma dócil e amorosa mãe de família, dona do lar.

Era uma educação voltada para o lar, porém não era qualquer educação, visto que essa mulher teria que aprender, também, a ler e a escrever, aprender música e ainda teria instrução literária. Ora, mas que ensinamentos musicais eram esses? Que tipo de música? Que literaturas eram essas?

Foi possível compreendermos, ainda, que a ideia de educação do Estado, fundamentada nas idéias liberais, previa formar o cidadão para viver de acordo com as leis, divergiam das idéias concebidas pela Igreja católica que queria formar o ser para o reino de Deus. Por outro lado, muitas idéias do projeto educativo que se queria por ambas esferas se convergiam. O que pôde ser observado na concepção de Lemos ao afirmar que no Orfanato eram formadas laboriosas e dignas mães de família, que aprendiam as prendas do lar, ao mesmo tempo em que seguiam os preceitos dos ensinamentos de Jesus Cristo. Foi possível perceber que Lemos, quando resolveu construir um novo prédio para o Orfanato, passou a ter uma concepção de educação para as órfãs além da que era por ele pensada anteriormente, visto que propõe transformar o Orfanato em Instituto Técnico e Profissional, para trabalhos agrícolas, onde as órfãs aprenderiam um ofício, sem prejudicar o cultivo da mente e os ensinamentos das prendas do lar.

Referências

BACELLAR, Carlos. *Fontes documentais: Uso e mau uso dos arquivos* – In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo. Contexto, 2005.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: edições 70, 1979.

CASTANHO, Sérgio. *Institucionalização escolar no Brasil: 1879-1930*. Disponível em <http://www.faced.ufu.br/columbhe06/anais/arquivos/525SergioCastanho.pdf>.

CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

DAOU, Ana Maria. *A Belle Époque Amazônica*. (Descobrimos o Brasil). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

DELOBBE, Karine. *Des enfants du XVI au XVIIIe siècle*. Mouans-Sartoux, FR: PEMF, 2000.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramalhete. 38 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GONDRA, José Gonçalves e SCHULER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. Tão longe, tão perto – As meninas do seminário. In: STEPHANOU, Maria, BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs). *Histórias e memórias da educação no Brasil, vol II: século XIX*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

JULIA, Dominique. *A Cultura Escolar como Objeto Histórico*. Trad. Gizele de Souza. Rev. Bras. de História da Educação. Editora Autores Associados. Campinas, SP, 2001.

LEMOES, Antônio José de. *O município de Belém, 1897 a 1902*: Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém. Belém: Arquivo da intendência municipal, 1902.

_____. *O município de Belém*: Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém. Belém: Arquivo da intendência municipal, 1903.

_____. *O município de Belém*: Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém. Belém: Arquivo da intendência municipal, 1904.

_____. *O município de Belém*: Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém. Belém: Arquivo da intendência municipal, 1906.

_____. *O município de Belém*: Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém. Belém: Arquivo da intendência municipal, 1907.

_____. *O município de Belém*: Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém. Belém: Arquivo da intendência municipal, 1908.

_____. *O município de Belém*: Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém. Belém: Arquivo da intendência municipal, 1909.

_____. *O município de Belém*: Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém. Belém: Arquivo da intendência municipal, 1910.

MANOEL, Ivan A. *Igreja e educação Feminina (1859 – 1919)*. Uma face do conservadorismo. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

MARCILIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.

MYNAIO, Maria Cecília de Souza et al. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 29 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

OLIVEIRA, Lilian Sarat de. *Educadoras e religiosas no Brasil do século XIX: nos caminhos da civilização*. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais12/artigos/pdfs/comunicacoes/C_Oliveira3.pdf.

RIZZO, Gilda. *Creche: organização, currículo, montagem e funcionamento*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

ROCQUE, Carlos. *História de A Província do Pará*. Belém: Mitograph, 1977.

SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle Époque(1870-1912)*. 3 ed. Belém: Paka-tatu, 2010.

_____. *Memórias do “velho intendente”*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

SAVIANI, Dermeval. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In: Nascimento, Maria Isabel Moura et al (Orgs). *Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas, SP: Autores associados, 2007.

TRINDADE, J.M.B. O abandono de crianças ou a negação do óbvio. In: *Revista Brasileira de História: Dossiê infância e adolescência*. São Paulo: ANPHU/HUMANITAS PUBLICAÇÕES, vol.19, número 37, 1999.

VASCONCELOS, Ir A. Rita M. de et al (Orgs). *Papiro da Memória: 1884 . 2009 – 125 anos de Presença das Filhas de Sant’Ana no Brasil*. Revista Jubileu edição comemorativa. Fortaleza, CE: Sobral Gráfica, 2009.

